



Previ
ser

Previ
Siemens

Relatório Anual 2024

Mensagem da Diretoria

Apresentamos o **Relatório Anual de Informações de 2024 da PREVI-Siemens.**

Este documento tem como objetivo fornecer uma visão ampla sobre o desempenho, a gestão e as ações realizadas ao longo do ano, com transparência e clareza.

O ano de 2024 foi marcado por muitos desafios e adversidades, mas avançamos com firmeza e foco nas possibilidades de desenvolvimento e aperfeiçoamento. Permanecemos empreendendo muito esforço e dedicação para aumentar nossa eficiência e elevar a qualidade dos nossos serviços, sempre zelando pela experiência positiva dos nossos participantes, independentemente da fase de suas vidas.

Preservamos o constante compromisso com a melhor gestão dos recursos da entidade e dos participantes, com o objetivo de obter bons resultados e, acima de tudo, prezando pela segurança. Neste relatório, você encontrará informações essenciais sobre os investimentos da PREVI-Siemens, além de um artigo completo sobre o cenário econômico de 2024 e as perspectivas para 2025.

Por fim, agradecemos a confiança depositada em nosso trabalho. Temos orgulho de cada iniciativa realizada até aqui e seguimos, com otimismo e dedicação, rumo ao futuro.

Boa leitura!

Canais de atendimento

(11) 98940-9747 | (11) 97866-0480 | (11) 97613-0506 | (11) 94177-2076

 www.previsiemens.com.br – Fale conosco
 Visite nosso canal no **Youtube:** @previ-siemens7577



Índice

- 1** Sobre a PREVI-Siemens _____ Pág. 4
- 2** Aconteceu em 2024 _____ Pág. 8
- 3** Desempenho econômico em 2024 e _____ Pág. 16
perspectivas para 2025
- 4** Investimentos _____ Pág. 27
- 5** Política e demonstrativo de investimentos ____ Pág. 28
- 6** Obrigações legais _____ Pág. 29
- 7** Plano de Gestão Administrativa _____ Pág. 30
- 8** Orçamento _____ Pág. 31

1 Sobre a PREVI-Siemens

Nossos planos

- › **Plano Básico** (modalidade Benefício Definido)
CNPB: 1989.0002-74
- › **Plano Suplementar** (modalidade Contribuição Definida)
CNPB: 1989.0003-47
- › **Plano CD** (modalidade Contribuição Definida)
CNPB: 2008.0037-11

Órgãos estatutários

A governança corporativa da PREVI é formada por **Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva**, que são os órgãos de deliberação, fiscalização e administração da Entidade.

Conselho Deliberativo	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
*Armando Juliani	*Marcela Souza	Adriana Belon
*Andre Machado	*Claudio Lima	Frank Lombardi
*Carlos Di Lorenzo	**Nathalia Fiorini	Andrea Kuboyama
*Lilian Pacheco		
**Fabricio de Souza		
**Aluizio Byrro		

*Representante empresa

**Representante participantes



Reuniões realizadas em 2024

Conselho Deliberativo: 7 reuniões

Conselho Fiscal: 3 reuniões

Diretoria Executiva: 15 reuniões

Confira o extrato de atas no site da PREVI

Clique aqui!



Patrocinadores dos planos

> Siemens Energy

> TDK

> Siemens Healthcare

> Siemens Energy Power

> Energy Assets

> Dresser-Rand

> Jaguari

> Siemens Mobility

> Siemens Brasil

> Innomotics

> Siemens Gamesa

Participantes nos últimos 3 anos:

Ano	Ativos	Assistido	PBD	Autopatrocinados	Total
2024	6.564	1.667	725	711	9.667
2023	6.223	1.632	629	637	9.121
2022	6.033	1.600	614	570	8.817

Raio-x dos participantes em 2024: confira o perfil dos participantes

Distribuição de participantes e assistidos por idade

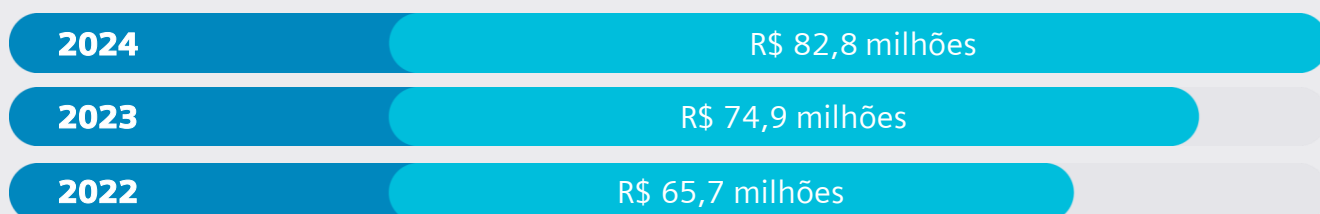
Idade	Quantidade	Percentual
Até 24 anos	274	2,83%
De 25 a 34 anos	1.994	20,63%
De 35 a 54 anos	5.053	52,27%
De 55 a 84 anos	2.231	23,08%
Acima de 85 anos	115	1,19%

Distribuição de participantes e assistidos por gênero

Gênero	Quantidade	Percentual
Masculino	7.142	74%
Feminino	2.525	26%



Contribuições recebidas nos últimos 3 anos:



Benefícios pagos nos últimos 3 anos:



2 | Aconteceu em 2024

Educação financeira e previdenciária para os participantes

Newsletter PREVI-Siemens

A newsletter PREVI-Siemens é um informativo bimestral com tudo o que os participantes precisam saber sobre o plano de aposentadoria. Foi desenvolvida com o objetivo de trazer conteúdos relevantes, dicas valiosas e orientações para ajudar na construção de um futuro mais seguro e tranquilo. Acesse e entenda mais:

Clique aqui!



Campanha de troca de perfis

Nos meses de março e setembro, a PREVI realiza a abertura da janela de troca de perfis de investimentos, onde os participantes podem aproveitar o período para reavaliar a sua escolha e encontrar uma nova opção. Neste período, a PREVI também disponibiliza para os participantes uma série de vídeos explicativos com gestores de grandes instituições, para ajudar na tomada de decisões.

Acesse o link para entender mais sobre a campanha

Clique aqui!



Março/Setembro



Aberto o período de troca dos perfis de investimento!

Você escolhe como investir, a PREVI-Siemens põe em prática.

O futuro que você deseja depende das suas escolhas no presente, mas sabemos que a vida é feita de fases e é sempre preciso reavaliar as oportunidades.

Na PREVI-Siemens, você pode aproveitar as duas janelas de troca dos perfis de investimento - março e setembro - para reavaliar a sua escolha e encontrar uma nova opção.

Conservador

É o menos arriscado entre os três, mas a rentabilidade a longo prazo também pode ser menor. Trata-se de uma boa opção para quem já é aposentado ou está próximo da aposentadoria.

Moderado

Que tal um pouco de emoção? Com certa cautela, este perfil lida com as oscilações do mercado financeiro e tem uma maior exposição ao risco na busca por melhores retornos a longo prazo.

Agressivo

Este investidor ousado almeja alcançar uma rentabilidade maior a longo prazo, mas pode ter rentabilidade baixa ou negativa por longos períodos de acordo com o mercado.

Para ajudar na sua decisão, a PREVI-Siemens convida você para acompanhar uma série de 3 vídeos explicativos com gestores de grandes instituições. Anote os temas programados:

- Renda Fixa | BNP Paribas
- Renda Variável | Principal
- Fundos Multimercados | Bradesco

Fique atento ao seu e-mail e amplie seus conhecimentos. PREVina-se!

Para ajudar na sua decisão, a PREVI-Siemens convida você para acompanhar uma série de 3 vídeos explicativos com gestores de grandes instituições. Anote os temas programados:

- Renda Fixa | Western Assets
- Renda Variável | Hix Capital
- Investimentos no Exterior | JP Morgan

Fique atento ao seu e-mail e amplie seus conhecimentos. PREVina-se!

SETEMBRO

Palestra para cerca de 220 colaboradores da Siemens com a Dra. Leila, no tema “Por que a saúde financeira afeta ou impacta a saúde?”.
Refresh do Programa de Qualidade de Vida da patrocinadora Siemens “+VIDA”, que foi lançado e acrescentado um novo pilar: o pilar financeiro.

OUTUBRO

Grow to Glow: evento presencial com aproximadamente 20 mulheres na JundiTech sobre planejamento financeiro.

Em outubro, a **PREVI** também participou do evento on-line com os associados da **ADC Clube de Vantagens** sobre Planejamento Previdenciário, trazendo informações sobre o plano de previdência e a importância de pensar na aposentadoria desde sempre. Cerca de 281 associados participaram do evento.

NOVEMBRO

Campanha 35 anos da PREVI

Acreditamos que o futuro começa agora, nas decisões e planos que traçamos todos os dias. E há 35 anos, ajudamos nossos participantes a buscarem essa liberdade de escolher o que realmente importa e viver plenamente.

Para celebrar este aniversário da PREVI, desenvolvemos um vídeo especial com insights e reflexões sobre como decisões assertivas no presente moldam o futuro. Também realizamos uma ação presencial na Anhanguera, Jundiaí, JundiTech e Santa Bárbara d’ Oeste. Você pode conferir clicando no link abaixo.

Na ação, os colaboradores da localidade receberam um brigadeiro para adoçar a celebração e participaram de uma dinâmica onde retiraram de uma caixa de presente uma mensagem do seu EU do agora para o seu EU do futuro com dicas de educação financeira.

Clique aqui!



Connect in Energy: evento anual para profissionais de finanças da Siemens Energy que contou com a participação de aproximadamente 600 pessoas.

Together@Finance: evento anual para profissionais de finanças da Siemens e Healthineers. A PREVI esteve presente, trazendo informações de educação previdenciária e financeira para aproximadamente 330 pessoas.

DEZEMBRO

Encontro dos Aposentados com os CEOs: 13 anos de celebração!

Em 2024, a PREVI-Siemens realizou mais uma edição especial do Encontro dos Aposentados com os CEOs, um momento marcante de reencontro, celebração e reconhecimento. O evento reuniu cerca de 120 aposentados, colegas e os CEOs das principais empresas patrocinadoras para uma manhã de trocas, memórias e homenagens àqueles que ajudaram a construir essa história.

O encontro aconteceu no dia 12 de dezembro, no Espaço APAS, em São Paulo, e reforçou o compromisso da PREVI-Siemens em valorizar e manter viva a conexão com quem fez parte dessa trajetória.

PREVI-Siemens conquista classificação máxima no Programa Sintonia da Receita Federal

A PREVI-Siemens recebeu a nota máxima – classificação A+ – no Programa Sintonia, da Receita Federal, reforçando seu compromisso com a transparência e o cumprimento exemplar de suas obrigações fiscais.

Essa conquista atesta que a entidade mantém seu cadastro atualizado, realiza a entrega correta das declarações, apresenta informações consistentes e mantém seus pagamentos em dia, de acordo com os critérios avaliados pelo programa.

Além do reconhecimento, a classificação também garante benefícios importantes, como:

Prioridade na análise de pedidos de restituição,
ressarcimento e reembolso de tributos federais;

Atendimento diferenciado junto à Receita Federal;

Acesso ao Programa Receita de Consenso.

Essa conquista reforça a solidez e a responsabilidade da PREVI-Siemens na gestão dos recursos de seus participantes e contribuintes.



**PREVI-Siemens recebe
classificação máxima no
Programa Sintonia da
Receita Federal**

ATUALIZAÇÃO DA LEI 14.803 – ESCOLHA DO REGIME DE TRIBUTAÇÃO NO RECEBIMENTO DOS RECURSOS

Em janeiro de 2024 foi sancionada a **Lei n.º 14.803/2024**, que permite aos participantes dos **planos de previdência complementar, nas modalidades de contribuição definida**, como é o caso do **Plano Suplementar e Plano CD** da PREVI, escolherem a forma que seus recursos serão tributados até o momento da aposentadoria ou no resgate. Até então, essa opção deveria ser feita na adesão ao plano.

Com isso, os participantes que ainda não receberam os recursos do plano, puderam optar pelo regime de tributação no momento que decidirem se aposentar (primeiro benefício) ou ao realizar resgate dos valores acumulados, nas condições previstas no regulamento do plano.

Outro ponto importante foi a publicação da **Solução de Consulta 68 – Cosit de 28/03/2025** da **Receita Federal**, que clarificou sobre o alcance da referida legislação aos assistidos ou beneficiários, em gozo de benefício antes de **10 de janeiro de 2024**, permitindo a esses alterar o regime tributário de progressivo para o regressivo. No entanto, o contrário (regressivo para progressivo) não é permitido.

Assistidos ou beneficiários antes de 10 de janeiro de 2024:



Progressivo para **regressivo**



Regressivo para **progressivo**

Também vale evidenciar que beneficiários de participantes podem optar individualmente, desde que o participante falecido não tenha exercido a opção pelo regime regressivo anteriormente.

Uma mudança muito importante para o planejamento financeiro e tributário dos participantes dos planos

A escolha do regime tributário feita exclusivamente na adesão ao plano não permitia ao participante escolher a melhor opção para a sua realidade financeira no momento do recebimento dos recursos. Isso porque esta decisão era tomada, muitas vezes, décadas antes do início da aposentadoria.

Permitir que esta escolha seja feita em uma ocasião mais oportuna foi um grande avanço, tanto para os planos de previdência quanto para os participantes.

Por isso, é muito importante dedicar tempo antes de fazer a sua opção. Leia, faça seu planejamento financeiro aliado ao tributário, converse com pessoas que entendam do assunto e, claro, busque ajuda junto à PREVI-Siemens.

Lembre-se: a escolha do regime é irrevogável, ou seja, não poderá ser alterada posteriormente e, portanto, deverá acompanhá-lo até o esgotamento da sua reserva.

Quer relembrar as opções de regime de tributação? Confira!

São 2 regimes tributários: **progressivo e regressivo**.

Regime Progressivo

O **Regime Progressivo** tem alíquota que varia de **0% a 27,5%**, dependendo do valor do benefício mensal. Veja a tabela a seguir:

Rendimentos Líquidos Mensais R\$	Alíquota	Deduzir
Até R\$ 2.259,20	Isenta	-
De R\$ 2.259,21 a R\$ 2.826,65	7,5%	169,44
De R\$ 2.826,66 a R\$ 3.751,05	15,0%	381,44
De R\$ 3.751,06 a R\$ 4.664,68	22,5%	662,77
Acima de R\$ 4.664,68	27,5%	896,00

Tabela válida em abril de 2025. Recomendamos sempre conferir a tabela atualizada em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas>

Já em caso de **Resgate**, o valor resgatado é tributado na fonte em **15%, a título de antecipação do Imposto de Renda**. O acerto deverá ser feito na Declaração de Ajuste Anual de Pessoa Física.

Regime Regressivo

No **Regime Regressivo** a alíquota **decrecerá de 35% para 10%**, de acordo com o tempo de permanência dos recursos no plano. Veja a tabela a seguir:

Prazo de Acumulação dos Recursos	Alíquota Incidente na Fonte
Inferior ou igual a 2 anos	35%
Superior a 2 anos, mas inferior ou igual a 4 anos	30%
Superior a 4 anos, mas inferior ou igual a 6 anos	25%
Superior a 6 anos, mas inferior ou igual a 8 anos	20%
Superior a 8 anos, mas inferior ou igual a 10 anos	15%
Superior a 10 anos	10%

O prazo de acumulação para fins de definição da alíquota de tributação aplicável será contado sobre cada contribuição/aporte. No momento de saída dos recursos, serão sempre utilizados os mais antigos, consequentemente com alíquotas mais baixas. Este sistema é conhecido como **“PEPS - Primeiro que Entra, Primeiro que Sai”**.

O imposto calculado, segundo este regime, é definitivo e não permite deduções, tal qual a tributação do 13º salário, ou seja, **não há ajuste a ser feito na declaração anual de Imposto de Renda da Pessoa Física**.

3 | Desempenho econômico em 2024 e perspectiva para 2025

O seu plano de previdência complementar da PREVI-Siemens é um investimento voltado para o futuro, aplicado no mercado financeiro e influenciado por diversos fatores – entre eles, o desempenho da economia. Confira os principais acontecimentos que marcaram o cenário de investimentos em 2024 e uma breve perspectiva para 2025.

2024, ano de expectativas correspondidas no mercado internacional, mas com muita volatilidade

Após o bom humor que se espalhou pelos mercados globais nos últimos dois meses de 2023, o ano começou com o típico comportamento de ressaca. Nas primeiras semanas de 2024, uma enxurrada de dados e informações diminuíram as apostas de que o Banco Central dos EUA (Fed) poderia cortar as taxas de juros já em março. No decorrer do período, a economia norte-americana continuou registrando dados robustos, com o mercado de trabalho performando acima do esperado, enquanto a inflação voltou a preocupar com números que mostravam ser difícil as taxas de juros recuarem tão cedo e de forma tão intensa, como esperado no início do ano.

Com isso, houve uma reversão nas expectativas de redução de juros nos EUA, gerando um reapreçamento dos ativos, impactando a renda fixa americana. Já as Bolsas de Valores se apoiaram na boa performance das economias e nos resultados das empresas, apresentando relevante valorização no trimestre.

O segundo trimestre seguiu com os mesmos assuntos e com os investidores avaliando a tríade “atividade, inflação e juros” nos EUA. O período começou com os mercados reagindo mal aos números da inflação, em decorrência dos ainda fortes dados econômicos por lá. O mercado de trabalho registrou o maior número de vagas criadas em quase um ano, as vendas no varejo continuaram crescendo de forma relevante e bem acima das expectativas e, como consequência, o CPI (correlato ao IPCA no Brasil) surpreendeu negativamente passando a acumular 3,5% em 12 meses (lembrando que a meta de inflação nos EUA é de 2%).

Com o passar dos meses, a economia norte-americana continuou registrando dados robustos, mas passou a mostrar certa acomodação, o que abriu espaço para que a inflação começasse a apresentar números mais positivos, registrando índices abaixo do esperado (embora se mantivesse ainda bem distante da meta).

Mesmo assim, o Banco Central norte-americano somente promoveu a primeira queda de juros no terceiro trimestre (após mais de 4 anos desde o último movimento nessa direção), ocasião em que também sinalizou espaço para mais um recuo até o final do ano, partindo do pressuposto de que não haveria cenário de recessão para os EUA. Este último ponto foi especialmente importante, uma vez que, semanas antes, os mercados haviam passado pela pior primeira semana de setembro desde 1953, com acentuadas perdas e intenso movimento de aversão a risco, devido a dados mais fracos da atividade terem reacendido os receios de que a economia poderia estar desacelerando de uma maneira mais intensa que o adequado. Porém, adicionalmente à avaliação do Fed, outros dados econômicos na direção contrária confirmaram que a dinâmica da atividade norte-americana continuava saudável, desacelerando de maneira condizente em um pouso suave, o que gerou ampla recuperação nos mercados.

Após três trimestres de relevantes ganhos, com as bolsas dos EUA valorizando-se acima de 20% (índice S&P500) e as bolsas globais acima de 17% (índice MSCI World), os mercados caminharam para os últimos meses do ano sob a influência dos mesmos assuntos que dominaram as atenções e as mesas dos analistas durante todo o ano. Havia uma forte expectativa de que o Banco Central dos Estados Unidos realizasse mais dois cortes nas taxas de juros durante o ano, após a surpresa com a magnitude do primeiro corte de 50 bps. Embora essa possibilidade não tenha sido colocada em dúvida no último trimestre, a divulgação contínua de dados econômicos positivos dos EUA reacendeu os temores de uma inflação mais alta, o que mexeu com as apostas dos investidores em determinados momentos.

Outra variável somou-se à equação “atividade, inflação e juros” e influenciou, de maneira relevante, os mercados: a eleição norte-americana.

Desse modo, os primeiros dados de outubro, assim como os demais ao longo do trimestre, com exceção dos números referentes ao mercado de trabalho de novembro (que frustraram, mas influenciados por questões pontuais), corroboraram a resiliência da economia, com alta das vendas no varejo e do índice de confiança das famílias, culminando em um PIB em crescimento.

A respeito da eleição, Donald Trump venceu com relevante vantagem o pleito presidencial, e de certa forma inesperada, se considerados os resultados das pesquisas eleitorais registradas às vésperas das votações.

Com uma agenda que pregava diminuição de impostos, aumento do protecionismo e da produção de petróleo e endurecimento com a imigração ilegal, as primeiras reações do mercado norte-americano, e que perduraram durante parte de dezembro, foram a valorização da bolsa e do dólar e a alta na curva de juros.

A combinação de dados econômicos fortes com políticas potencialmente inflacionárias do novo presidente, somada à estagnação da queda da inflação ao consumidor nos últimos meses do ano, levou o Fed a endurecer o discurso na reunião de dezembro, optando por mais um corte nas taxas de juros. No resumo das projeções econômicas, a autarquia revisou para baixo suas expectativas de cortes nas taxas para 2025 (agora dois, em vez de quatro), aumentou o nível da taxa terminal prevista para 2026 e ajustou suas projeções de longo prazo para o juro neutro (de 2,875% para 3%) e para a inflação (de 0,3% para 2,5% em 2025).

Como resultado, o período foi marcado por grande volatilidade nos ativos de risco, com outubro sendo um mês mais tranquilo, ganhos expressivos em novembro impulsionados pelos sólidos dados econômicos e pela eleição de Trump, bem como uma realização de lucro com aumento de aversão a risco em dezembro, em resposta à mensagem mais dura do Fed e às projeções menos positivas para a inflação e para os juros em 2025.

No acumulado do ano, o S&P500 registrou novamente alta de dois dígitos, com 23,3% de valorização, impulsionada em grande parte pelos ganhos das ações das empresas de tecnologia e serviços de comunicação (as Sete Magníficas), que representaram sozinhas mais de 50% da alta do índice. O MSCI World, apesar de no último trimestre ter registrado uma leve desvalorização, também registrou uma expressiva alta de 17% no ano.

Apesar do cenário internacional favorável, mais um ano difícil para o Brasil

A boa dinâmica dos mercados internacionais não foi suficiente para suplantar as preocupações e os problemas do país em 2024. E, do mesmo modo que no exterior as notícias em torno de um único assunto (a tríade “atividade, inflação e juros” nos EUA) dominaram a agenda dos investidores e a planilha dos analistas, no Brasil não houve espaço para outro assunto senão a situação fiscal do país.

Já no começo do ano, diferentemente do que ocorreu no último trimestre de 2023, ocasião em que a alta das bolsas mundiais e o volume maciço de investimento estrangeiro prevaleceram sobre as preocupações internas, não houve boa performance da bolsa de valores internacional que cobrisse “questões” e problemas internos.

É bem verdade que, nos primeiros meses, apesar da alta das bolsas internacionais, as taxas de juros dos títulos norte-americanos registraram importante elevação, o que afetou mais os mercados emergentes do lado negativo do que as altas nas bolsas influenciaram positivamente.

Independentemente disso, foi mais uma vez a dinâmica da dívida pública e as discussões sobre o equilíbrio fiscal e a meta de déficit primário que concentraram as atenções no trimestre.

Divulgado em fevereiro, o resultado primário do setor público consolidado de 2023 reverteu o superávit de 1,25% do PIB em 2022, para um déficit de 2,29% e aumentou ainda mais as preocupações, mesmo diante da boa notícia, à época, de manutenção da meta de déficit primário zero para o ano de 2024.

Com o passar dos meses, nem os bons números da economia real foram suficientemente positivos para anular as preocupações com os gastos públicos. Com o mercado de trabalho em uma das melhores fases dos últimos anos (taxa de desemprego recuando para menos de 7% ao longo do ano), o consumo das famílias foi o principal fator para o bom desempenho da economia durante o período (além dos incentivos fiscais e parafiscais também impulsionarem a atividade).

No entanto, o lado negativo de uma economia pujante, especialmente em países como o Brasil, que enfrentam grandes desafios em termos de produtividade e infraestrutura, é que, ao crescer acima de seu produto potencial, as pressões inflacionárias tendem a aumentar, o que torna difícil a condução da política monetária pelo Banco Central. E foi exatamente isso o que ocorreu: com a forte atividade econômica, o hiato do produto se tornou positivo após vários anos no território negativo.

A inflação de serviços não conseguiu se distanciar de forma consistente dos 5%, o índice de difusão subiu novamente para acima de 60% e o IPCA fechou mais um ano acima da banda superior da meta de inflação. Desde o início do regime de metas de inflação, em 1999, somente em 6 anos a inflação ficou dentro da meta ou abaixo dela, enquanto que nos outros 20 anos, o índice ficou acima da meta. Diante desse cenário de inflação elevada e pressão nas contas públicas, o Banco Central não apenas teve que interromper o processo de queda na Selic, após promover cortes de 1,25 ponto percentual no primeiro semestre (reduzindo a Selic para 10,5%), mas também precisou iniciar um novo ciclo de aperto monetário, elevando a taxa a partir de setembro até alcançar 12,25% na reunião de dezembro.

Esse movimento de reversão também ficou evidente no mercado, por meio das expectativas refletidas no Relatório Focus. Se no início do ano os economistas achavam que a taxa Selic recuaria até 9% no fechamento de 2024, em junho as expectativas já haviam subido para 10,5% e em outubro para 11,75%. Voltando ao principal foco de problema doméstico, as contas públicas, os números correntes preocuparam ao longo do ano, assim como as sinalizações do Executivo mostraram que não havia intenção de reverter a pauta de altos gastos (tampouco o Legislativo sinalizou de outra forma).

Ainda no primeiro semestre, o Ministério da Fazenda promoveu alterações nas metas de resultado primário para os anos de 2025 e 2026, além de adotar metas modestas para 2027 e 2028 (a meta de superávit de 0,5% em 2025 caiu para 0%, a meta de superávit de 1% para 2026 recuou para 0,25%, enquanto para 2027 e 2028 foram fixadas metas de 0,5% e 1%, respectivamente).

Com o passar dos meses, a dívida bruta do governo atingiu 78,5% do PIB e o déficit nominal ultrapassou a marca de R\$ 1 trilhão, o que exigiu uma ação do Executivo para equilibrar as contas.

Essa ação veio por meio da promessa de um pacote de corte de gastos que seria divulgado após as eleições municipais. No entanto, a demora no anúncio do pacote, que só ocorreu no final de novembro, testou ainda mais a paciência e aumentou o estresse dos investidores.

Por fim, embora as contas do governo central tenham sido favorecidas pela arrecadação recorde de R\$ 2,65 trilhões, permanecendo dentro dos limites do arcabouço fiscal e registrando um déficit primário de 0,09% do PIB, esse resultado só foi alcançado porque os gastos com a ajuda emergencial ao Rio Grande do Sul foram excluídos do cálculo. Sem essa exclusão, o déficit teria subido para 0,36% do PIB.

Com isso, o alto endividamento e as sinalizações de falta de compromisso em alterar a atual trajetória dos gastos cobraram seu preço, resultando em um ano de perdas para todos os ativos de risco.

O Ibovespa caiu 10,36% no ano, influenciado também pela saída de capital estrangeiro de R\$ 24 bilhões. Na renda fixa, as taxas de juros dos títulos prefixados e atrelados à inflação se ajustaram à nova política monetária mais restritiva e à preocupante situação fiscal e dispararam durante o ano, ultrapassando praticamente em todos os vencimentos no final de dezembro. Como resultado, o IMA-B registrou a pior queda do ano em dezembro, acumulando recuo no último trimestre e fechando 2024 em queda, mesmo caminho do IRF-M, que manteve-se por pouco no terreno positivo no ano, com queda no último trimestre.

Renda fixa

O mercado de renda fixa foi influenciado tanto por fatores externos como locais ao longo do ano.

De fora, vieram os impactos, em determinados momentos do ano, dos movimentos das taxas de juros dos títulos norte-americanos, principalmente dos títulos de 10 anos daquele país que é conhecido como o “pai da renda fixa mundial”.

No cenário doméstico, embora a influência do mercado internacional não possa ser negligenciada, dois fatores locais tiveram um impacto muito mais significativo no comportamento das taxas de juros dos títulos prefixados e atrelados à inflação: a mudança na política monetária, impulsionada pela persistente inflação, e a situação fiscal do país.

Conforme comentado, a forte atividade econômica do país resultou em um aumento da pressão inflacionária, o que manteve o IPCA ao longo de todo o ano distante da meta estabelecida pelo CMN de 3% (com intervalo de 1,5 pontos percentuais para mais ou para menos). Em resposta, o Banco Central não apenas interrompeu o processo de redução da Selic, mas também iniciou um novo ciclo de aperto monetário, elevando a taxa a partir de setembro até atingir 12,25% na reunião de dezembro.

No lado fiscal, o aumento relevante da dívida pública e do déficit nominal, somados à sinalização de uma manutenção da agenda de excessivos gastos para 2025, fizeram as taxas dos títulos escalarem ao longo de todo ano, terminando o período nos maiores níveis dos últimos 10 anos.

As taxas de juros dos títulos prefixados e atrelados à inflação de curto prazo se ajustaram à inflação resiliente e à mudança da política monetária promovida pelo Banco Central, enquanto as taxas dos títulos de médio e longo prazos refletiram a pior situação estrutural do país. Como resultado, as taxas de juros dos títulos prefixados e atrelados à inflação dispararam e ultrapassaram, em praticamente todos os vencimentos, os níveis de 15% e 7,3% (respectivamente) no fechamento do ano, levando o rendimento do IMA-B e do IRF-M ao registrarem os piores resultados dos últimos anos, com queda de 2,4% do primeiro e retorno levemente positivo do segundo (1,86%).

Renda variável

Assim como na renda fixa, a boa dinâmica dos mercados internacionais não foi suficiente para suplantar as preocupações e problemas do país e impulsionar o mercado de renda variável no Brasil. Se por um lado, as taxas mais atrativas dos títulos de renda fixa nos EUA e a boa performance de seu mercado acionário drenaram recursos estrangeiros da bolsa local, por outro, a situação estrutural frágil das contas públicas completou o cenário e contribuiu para a saída do investidor estrangeiro do mercado doméstico (o resultado foi uma saída de capital estrangeiro de R\$ 24 bilhões).

Mesmo com uma atividade econômica robusta e bons resultados das empresas com ações negociadas em bolsa, as notícias negativas sobre as contas públicas, que tornaram o presente difícil e o futuro incerto, juntamente com a saída de capital estrangeiro, foram os principais fatores que contribuíram para a queda de 10,36% do Ibovespa no ano.

Foram poucos os momentos em que a Bolsa local conseguiu imprimir um bom ritmo, com destaque para os meses de julho e agosto, sendo que, em 8 meses, o mercado acionário registrou retornos negativos (com quatro meses consecutivos, de setembro a dezembro).

As performances entre os setores foram mais uma vez bastante discrepantes, com ganhos expressivos nos setores de bens de capital, alimentos e bebidas, e saneamento, enquanto os setores de educação, construção civil, varejo, mineração e siderurgia registraram quedas relevantes. Dos 17 setores da Bolsa, apenas 5 fecharam o ano no terreno positivo, com os demais 12 variando entre quedas de 12% e 65%.

Estruturado

O segmento Estruturado, representado pelos fundos multimercado, voltou a registrar um ano desafiador, em que os principais gestores não conseguiram agregar os prêmios esperados pelos investidores (entre 1 e 3 pontos percentuais acima do CDI, dependendo da volatilidade do fundo).

Conhecidos por serem veículos que podem utilizar estratégias em vários mercados (renda fixa, ações, moedas, internacionais, commodities etc), inclusive montando posições que podem gerar ganhos se o mercado não performar bem, a maioria dos fundos sequer conseguiu superar o CDI, tendo encerrado o ano com retorno médio de 5,76% (representado pelo índice IHFA do segmento) contra o CDI de 10,88%.

Exterior

Mais um período de relevante performance para as bolsas globais evidenciou a importância dos investimentos no exterior, não só pela possibilidade de investir em outros ciclos econômicos e setores, como também em uma moeda forte.

O MSCI World, que representa uma cesta de ações globais, registrou alta de 17% no ano, enquanto o S&P500 subiu em nove dos doze meses do ano, acumulando ganho de 23% influenciado pela performance das ações do setor de tecnologia e serviços de comunicação.

Somente as Sete Magníficas (Alphabet, Amazon, Apple, Meta, Microsoft, Nvidia e Tesla) representaram mais da metade do resultado do S&P500 no ano.

Vale comentar que como grande parte dos investidores aplica no mercado internacional e está exposta à variação cambial, a valorização do dólar de quase 28% frente ao real impulsionou ainda mais a performance desse segmento.

O que esperar de 2025?

O ano de 2025 começa dividido entre certezas e dúvidas. A certeza de que a economia norte-americana saiu forte de um período muito longo de altas taxas de juros, o que torna muito improvável que ela caminhe para uma desaceleração saudável. Por outro lado, a dúvida que permeia é como a inflação se comportará ao longo do ano, não só porque o PCE - (Índice de Preços para Despesas com Consumo Pessoal) está longe de alcançar o nível esperado pelo Fed (índice seguido pelo Banco Central dos EUA em seu regime de metas), mas também porque há um cenário de incertezas de como as políticas imigratórias e de tarifas do novo governo de Donald Trump irão impactar os preços dos produtos e serviços. Esses pontos afetam outra variável relevante para o cenário mundial, que é o comportamento das taxas de juros dos EUA, uma vez que o ano de 2024 terminou com um discurso duro do Fed (Banco Central dos EUA) acerca de suas expectativas para 2025 (inflação e taxas de juros maiores em relação ao esperado anteriormente).

Tudo mais constante, o cenário é construtivo no mercado internacional. A economia norte-americana continuará com boa dinâmica, a inflação caminhará para níveis mais próximos à meta do FED (mesmo que seja de maneira mais lenta) e as empresas estarão em um ambiente ainda favorável para continuarem performando bem, sustentando a bolsa de valores. É claro que, como dito, há muitas incertezas e elas não devem ser desconsideradas. Os valuations atuais da bolsa tornam mais limitadas as valorizações, os conflitos geopolíticos ainda persistem (embora 2024 tenha terminado com possibilidades de resoluções promissoras) e os sinais de uma guerra comercial maior deve gerar um repique inflacionário nos países, dada a agenda econômica do novo presidente norte-americano.

No Brasil, o cenário de dúvidas e certezas também se aplica, embora as certezas atuais configurem um cenário bem mais desafiador e difícil para 2025. As certezas de que os números correntes das contas públicas serão negativos para a performance da economia e dos mercados, se somam à dúvida sobre se o atual governo irá acelerar as políticas populistas diante de índices de aprovação historicamente baixos.

Apesar de o governo ter entregado em 2024 o resultado primário dentro dos limites estabelecidos pelo arcabouço fiscal, é sabido que muito do resultado obtido foi fruto de uma arrecadação recorde (que pode não se repetir e até mesmo ser menor) e de alguns gastos relevantes terem ficado fora das regras fiscais (como os gastos com o socorro ao Rio Grande do Sul). Nesse sentido, investidores avaliaram muito mais a dinâmica da dívida bruta do que os números do arcabouço. As sinalizações contidas no relatório Focus, apontam para um comportamento crescente da dívida.

Do lado da política monetária e da inflação, após mais um ano em que o Banco Central não conseguiu entregar o IPCA na meta estabelecida pelo regime de metas (nem dentro de seus limites), os riscos fiscais e estruturais do país que nos levaram a uma taxa de juros real neutra em 5%, segundo o próprio Banco Central e a inflação persistente dos serviços, dos alimentos e o alto nível de difusão, provavelmente farão com que a taxa Selic permaneça em um nível restritivo relevante, de modo a esfriar a atividade.

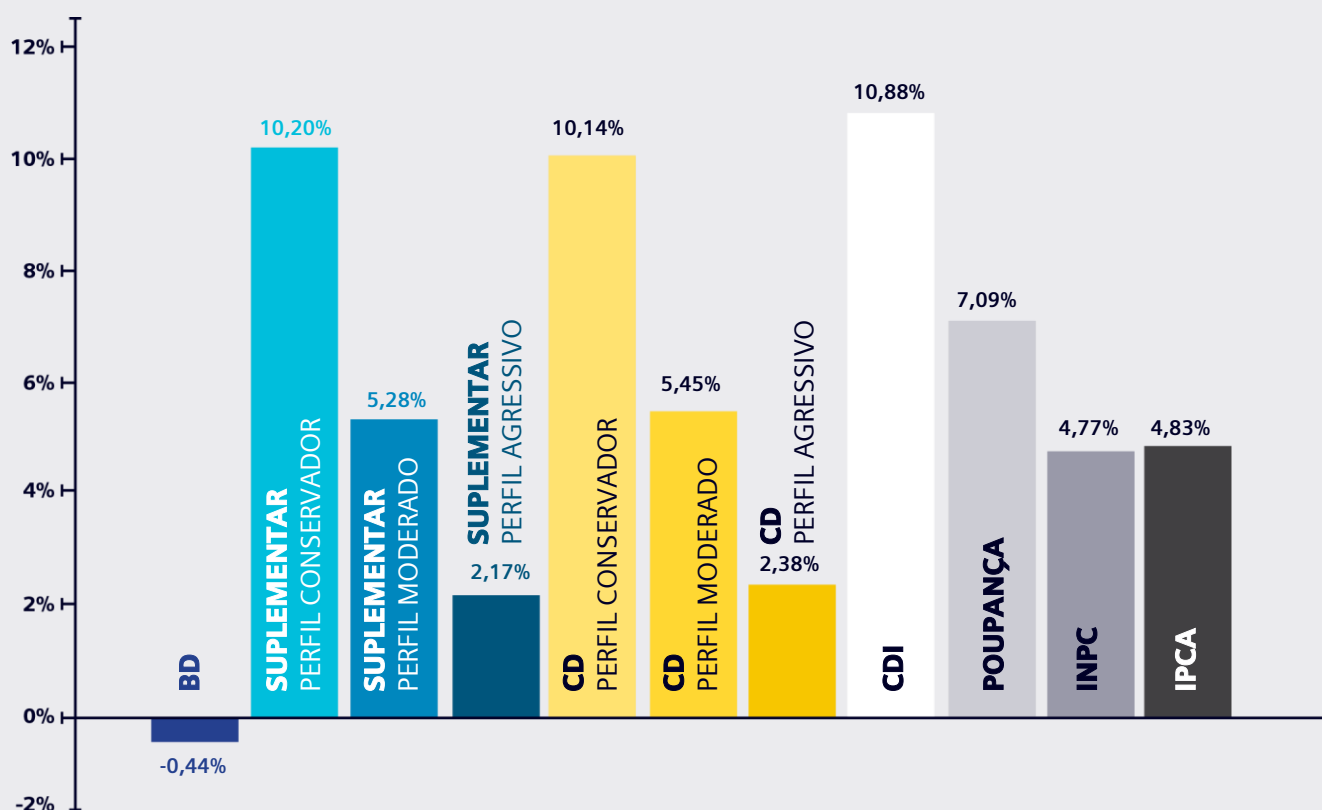
O quanto o crescimento irá desacelerar não é fácil de prever, ainda mais diante das políticas de transferência e para-fiscais do governo, mas é esperada uma queda na atividade, que, mesmo assim, deve se reverter em um PIB em torno de 2%.

Desse modo, a economia real deve performar bem novamente em 2025, mas isso não será suficiente para anular os efeitos deletérios que uma política fiscal mais expansionista trará para a dinâmica das contas do governo e da dívida bruta. Após as taxas dos títulos prefixados e atrelados à inflação encerrarem 2024 em um dos piores níveis em 10 anos, é difícil ver espaço para pioras adicionais, mas elas não podem ser descartadas. Assim, até onde as taxas de juros subirão, por quanto tempo e a performance dos mercados dependerão de como o Governo irá encarar os perigosos níveis atuais da dívida diante de um cenário de índices de aprovação baixos, em um ano pré-eleitoral. Dessa forma, mesmo que haja relevantes prêmios nos diversos ativos de risco, com bolsa de valores ainda em níveis muito baixos e taxas de juros muito altas, a performance positiva dos mercados dependerá, mais uma vez, das políticas econômicas do atual governo e de seus impactos no nível da dívida pública.

4 Investimentos

Rentabilidade líquida do seu plano

Rentabilidade líquida da PREVI-Siemens com os principais índices econômicos (CDI, poupança, IBOVESPA, INPC e IPCA).



5 | Política e Demonstrativo de Investimento

Neste espaço, você encontra as diretrizes que orientam a gestão de longo prazo dos ativos dos planos de aposentadoria. O conteúdo reúne princípios de filosofia de investimentos e estratégias de planejamento, sempre com foco no equilíbrio e na sustentabilidade dos planos. Também é possível conferir como estão distribuídas as alocações dos investimentos.

Política de investimentos

Clique aqui!



Demonstrativo de investimentos

Clique aqui!



6 Obrigações Legais

Todos os documentos apresentados a seguir já passaram pelo controle e verificação da Previc — órgão regulador responsável por zelar pela segurança e pelos direitos dos participantes e aposentados.

Parecer atuarial

Clique aqui!



Demonstrações financeiras

Clique aqui!



Parecer do auditor

Clique aqui!



7 Plano de Gestão Administrativa

Em atendimento à Resolução CNPC 62, de 2024, apresentamos abaixo a análise comparativa, contemplando os últimos dois exercícios:

Plano de Gestão Administrativa

	2024	2023	VARIAÇÃO
PATRIMÔNIO	5.808.068	6.543.019	-11%
FUNDO ADMINISTRATIVO - CONTA CONTÁBIL 2.03.02.02	5.808.068	6.543.019	-11%
PLANO BÁSICO	53.128	93.858	-43%
PLANO SUPLEMENTAR	69.952	58.651	19%
PLANO CD	5.684.988	6.390.510	-11%
RECEITAS DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	4.566.287	4.316.774	6%
DESPESAS DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	5.884.764	5.785.057	2%

8 Despesas Administrativas

	2024	2023
Consultorias	2.437.707	2.525.857
Atuarial	371.408	397.499
Auditoria	85.432	82.376
Comunicação	244.062	158.820
Contábil	324.607	314.848
Gestão	898.158	976.516
Investimentos	161.994	213.381
Jurídico	60.002	60.067
TI	292.043	322.351
Despesas Gerais	3.447.059	3.259.199
Associações	73.367	65.046
Outros	33.421	33.976
Pessoal e Infraestrutura	2.815.000	2.667.064
Treinamentos	43.587	41.937
Tributos	481.685	451.176
Despesas de Investimentos	921.261	826.271
Administração	368.624	332.838
Custódia	366.707	332.999
CETIP	185.930	160.432
Outros	0	3
TOTAL	6.806.027	6.611.328

Indicadores de gestão

As Entidades Fechadas de Previdência Complementar devem utilizar indicadores para avaliar sua Gestão Administrativa, fortalecendo as práticas de governança corporativa. A seguir, você confere os indicadores adotados pela PREVI-Siemens:

Indicadores	2024	2023
1. VARIAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-3%	-2%
2. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	0,20%	0,20%
3. TAXA DE CARREGAMENTO	2,69%	2,79%
4. DESPESAS ADM / TOTAL PARTICIPANTES	R\$ 611	R\$ 633
5. DESPESAS ADM / RECURSOS GARANTIDORES	0,26%	0,27%
6. DESPESAS ADM / PATRIMÔNIO	0,26%	0,26%
7. DESPESAS ADM / RECEITAS ADM	114%	109%
8. DESPESAS PESSOAL / TOTAL PARTICIPANTES	48%	46%
9. EVOLUÇÃO FUNDO ADMINISTRATIVO	-11%	-7%



Previ
Siemens

serPrevi